



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 23

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA 20 DE MARÇO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 e 29 do mês em curso, 3, 5, 10, 12 e 24 de abril próximo, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dias 27 e 29 de março, 3, 5, 10 e 12 de abril:

— veto (parcial ao Projeto de Lei nº 2.222-57, na Câmara e nº 13, de 1960, no Senado, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Dia 24 de abril:

1) — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.174-B-59, na Câmara e

nº 75-61, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, no Estado da Paraíba;

2) — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.319-B-61, na Câmara e nº 1-62, no Senado, que torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

Congresso Nacional, 16 de março de 1962.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.
Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).

1º Secretário — Vago.
2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).
3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).
4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).

1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).
2º Suplente — Senador Guido Mondin (PSD).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder:
Filinto Müller (PSD).

Vice-Líderes:
Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Victorino Freire (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Guido Mondin (PSD).

Da Minoria

Líder:
João Vilasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Mem de Sá (PL).
Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:
Benedito Valladares.
Vice-Líderes:
Gaspar Velloso.
Victorino Freire.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder:
Daniel Krieger.
Vice-Líderes:
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:
Barros Carvalho.
Vice-Líderes:
Nelson Maculan.
Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:
Mem de Sá.
Vice-Líder:
Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:
Jorge Maynard.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:
Lino de Mattos.

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Paulo Coelho — Amazonas.
 2. Lobão da Silveira — Pará.
 3. Victorino Freire — Maranhão.
 4. Sebastião Archer — Maranhão.
 5. Eugênio Barros — Maranhão.
 6. Menezes Pimentel — Ceará.
 7. Ruy Carneiro — Paraíba.
 8. Jarbas Maranhão — Pernambuco.
 9. Silvestre Péries — Alagoas.
 10. Ary Vianna — Espírito Santo.
 11. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
 12. Gilberto Marinho — Guanabara.
 13. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
 14. Moura Andrade — São Paulo.
 15. Gaspar Velloso — Paraná.
 16. Alô Guimarães — Paraná.
 17. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
 18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
 19. Filinto Müller — Mato Grosso.
 20. Juscelino Kubitschek — Goiás.
 21. Pedro Ludovico — Goiás.
- #### UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
1. Mourão Vieira — Amazonas.
 2. Zacarias de Assunção — Pará.

3. Joaquim Parente — Piauí.
4. Fernandes Távora — Ceará.
5. Reginaldo Fernandes — Rio.
6. Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
7. João Arruda — Paraíba.
8. Afrânio Lages — Alagoas.
9. Rui Palmeira — Alagoas.
10. Heribaldo Vieira — Sergipe.
11. Ovidio Teixeira — Bahia.
12. Del Caro — Espírito Santo.
13. Afonso Aínos — Guanabara.
14. Padre Calazans — São Paulo.
15. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
17. Milton Campos — Minas Gerais.
18. João Vilasboas — Mato Grosso.
19. Lopes da Costa — Mato Grosso.
20. Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Vivaldo Lima — Amazonas.
2. Mathias Olympio — Piauí.
3. Leônidas Mello — Piauí.
4. Fausto Cabral — Ceará.
5. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
6. Barros Carvalho — Pernambuco.
7. Lourival Fontes — Sergipe.
8. Lima Teixeira — Bahia.
9. Calado de Castro — Guanabara.
10. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.
11. Miguel Couto — Rio de Janeiro.
12. Nelson Maculan — Paraná.
13. Saulo Ramos — Santa Catarina.
14. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.
2. Aloisio de Carvalho — Bahia.
3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.
1. Paulo Fender — Para.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

SEM LEGENDA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	21
UDN	20
PTB	14
PL	3
PSP	3
PTN	1
MTR	1
S/Legenda	1
Vago	1
	63

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Gilberto Marinho.

Argemiro Figueiredo.

Novaes Filho.

Marianas Olympio.

Guido Mondin.

Reginaldo Fernandes.

Secretário: Evandro Mendes Viana.

Diretor-Geral.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).

Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Silvestre Péricles (PSD).

Ruy Carneiro (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Aloisio de Carvalho (PL).

Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
3. Vago.
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Veloso, Presidente (PSD).

Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Távora (UDN).

Sergio Marinho (UDN).

Del Caro (UDN).

João A. da (UDN).

Aloisio Guimarães (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
 Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS -

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
 Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
5. Eugênio Barros (PSD).

2. Vago.
3. Sebastião Archer (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário — José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quarta-feira, às 15,30 horas.

Comissão de Agricultura

TITULARES

Nelson Maculan, Presidente (PTB).
 Eugênio Barros, Vice-Presidente (PSD).

Aloisio Guimarães (PSD).
 Lobão da Silveira (PSD).
 Nogueira da Gama (PTB).
 Ovidio Teixeira (UDN).
 Mourão Vieira (UDN).
 Paulo Fernandes (PSD).
 Nogueira da Gama (PTB).
 (UDN).

1. Lopes da Costa.
2. Joaquim Parente.

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico.
2. Lobão da Silveira.
3. Vago.

PTB

1. Saulo Ramos.
2. Lima Teixeira.

Secretária: Maria de Lourdes Oltos, Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (P. S. P.).

Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão (PSD).
 Reginaldo Fernandes (UDN).
 Arlindo Rodrigues (PTB).
 Saulo Ramos (PTB).
 Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Matos (PTN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
2. Paulo Fender (PTB).
2. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lima Teixeira.
1. Aloisio de Carvalho (PL).

Secretário ad-hoc: Eurico Jacy Auler, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Daniel Krieger, Presidente (UDN).
 Ary Vianna, Vice-Presidente (PSD).
 Irineu Bornhausen (UDN).
 Fernandes Távora (UDN).
 Dix-Huit Rosado (UDN).
 Lopes da Costa (UDN).
 Gaspar Veloso (PSD).
 Nogueira da Gama (PTB).
 Lobão da Silveira (PSD).
 Barros Carvalho (PTB).
 Eugênio Barros (PSD).
 Mem de Sá (PL).
 Fausto Cabral (PTB).
 Filinto Müller (PSD).
 Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Rui Palmeira (UDN).
4. Coimbra Bueno (UDN).
5. João Arruda (UDN).
6. Del Caro (UDN).
1. Silvestre Péricles (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).

3. Jarbas Maranhão (PSD).
4. Menezes Pimentel (PSD).
5. Pedro Ludovico (PSD).
6. Vivaldo Lima (PTB).
2. Arlindo Rodrigues (PTB).
- Sebastião Archer (PSD).
3. Paulo Fender (PTB).
4. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloisio de Carvalho (PL).

Secretário: Renato de Almeida Chermont, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).
 Lima Teixeira, Presidente (PTB).
 Lino de Matos (UDN).
 Venâncio Igrejas (UDN).
 Mourão Vieira (UDN).
 Menezes Pimentel (PSD).
 Miguel Couto (PTB).
 Paulo Fender (PTB).
 Vago.

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
 Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN).
 Afrânio Lages (UDN).
 Heribaldo Vieira (UDN).
 Benedito Valladares (UDN).
 Gaspar Veloso (PSD).
 Paulo Fernandes (PSD).
 Lourival Fontes (PTB).
 Aloisio de Carvalho (PL).
 Victorino Freire (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Venâncio Igrejas (UDN).
3. Sérgio Marinho (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Jefferson de Aguiar (PSD).
3. Ary Vianna (PSD).
1. João Mendes (PTB).
2. Barros Carvalho (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretário: Eurico Jacy Auler, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Mourão Vieira, Presidente (UDN).
 Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
 Joaquim Parente (UDN).
 Paulo Fender (PTB).
 Aloisio de Carvalho (PL).
 Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Itailina Cruz Alves, Oficial Legislativa.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas

TITULARES:

Jorge Maynard, Presidente (PSP).
Lino de Matos, Vice-Presidente (UDN).
Coimbra Bueno (UDN).
Vitorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

SUPLENTE

- UDN
1. Sérgio Marinho.
2. João Arruda.
PSD
1. Jefferson Aguiar,
2. Eugênio Barros.
1. Nelson Maculan.

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficiala Legislativa.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).
Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos Rodrigues, Oficiala Legislativa.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

Fernandes Távora (UDN).
Dix-Huit Rosado (S/Legenda).
Silvestre Péricles.
Ruy Carneiro (PSD).
Jorge Maynard (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Nelson Maculan (PTB).
Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

ATA DA 2ª SESSÃO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 19 DE MARÇO DE 1962

PRESIDÊNCIA DOS SRS. ARGEMI- RO DE FIGUEIREDO E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Zacharias de Assumpção — Lobão da Silveira — Sebastião Archer — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Meneses Pimentel — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Afrânio Lage — Silvestre Péricles — Lourival Fontes — Jor-

ge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Jefferson de Aguiar — Benedito Valadares — No-
gueira da Gama — Lino de Matos — Gaspar Velloso — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — Mem de Sá — Guido Mondin — (28).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente para leitura. Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos.

São lidos e deferidos os seguintes:

Requerimento nº 62, de 1962

Senhor Presidente:

Requeiro na forma regimental, que se oficie ao Sr. Ministro da Justiça, solicitando as seguintes informações:
a) qual o dispositivo legal que autoriza fiscalização alfandegária nos aeroportos das Capitais dos Estados do Norte e Nordeste, em aeronaves de linhas domésticas, implicando em aberturas de malas de bagagens de passageiros ao desembarcarem, sem qualquer explicação, apenas acobertada na expressão "cumprimento de ordem superior";
b) se inexistente disposição legal, quais as providências tomadas para evitar os vexames que sofrem os passageiros, notadamente do sexo feminino.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1962 — Paulo Coelho.

Requerimento nº 63, de 1962

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, que se oficie ao Sr. Ministro da Fazenda, solicitando as seguintes informações:
a) qual o dispositivo legal que autoriza fiscalização alfandegária nos aeroportos das Capitais dos Estados do Norte e Nordeste, em aeronaves de linhas domésticas, implicando em aberturas de malas de bagagens de passageiros ao desembarcarem, sem qualquer explicação, apenas acobertada na expressão "cumprimento de ordem superior";
b) se inexistente disposição legal, quais as providências tomadas para evitar os vexames que sofrem os passageiros, notadamente do sexo feminino.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1962 — Paulo Coelho.

Requerimento nº 64, de 1962

Sr. Presidente do Senado Federal:

Requeremos, nos termos do Regimento em vigor, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, as seguintes informações:

a) se já se acha construído o "ferry boat" a ser utilizado pela Rede Ferroviária Federal para a travessia do rio São Francisco, entre as cidades de Porto Real do Colégio — Alagoas e Propriá (Sergipe);
b) em caso afirmativo, quando o aludido serviço começará a funcionar;

c) se estão sendo tomadas providências para a construção da parte rodoviária que unirá as referidas cidades de Porto Real do Colégio e Propriá.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1962 — Afrânio Lage.

O Sr. Argemiro de Figueiredo deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Matos. (Pausa).
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho. (Pausa).
Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, antes de chegar às modestas palavras que proferirei, na sessão de hoje, em discurso já elaborado, sou forçado a dar conhecimento a V. Ex.ª, à Casa e ao Governo do texto do telegrama que acabo de receber do meu Estado, enviado pelo Sr. Deputado Inácio José Feitosa, Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba:

"Acabo de regressar do Município de Monteiro, na Região do Cariri paraibano, onde observei que a ausência de chuvas vem ocasionando acentuado flagelo da fome e a falta de meios de sobrevivência da população pobre que deseja trabalho nas estradas e açudes, apelando, por meu intermédio, para os altos Poderes, providências urgentes. A situação atual acelera calamidade e precisa realmente ser atendida porque o fato se estende, praticamente, a todo o Estado e a Estados vizinhos, não tendo a população do Cariri onde se arribar. Espero confiante as providências de V. Ex.ª. Atenciosas saudações. — Inácio José Feitosa".

Sr. Presidente, não sei a quem possa dirigir-me solicitando as providências indispensáveis ao atendimento dessas necessidades reais da população do meu Estado e do Nordeste. Não sei se devo dirigir-me ao Sr. Presidente da República, aos Srs. Membros do Gabinete ou à autoridade que seja competente no caso, porque durante três anos seguidos pedi a atenção do Congresso e do Governo para o problema da região nordestina. Chamei a atenção para a circunstância de que ninguém, nenhum homem, e só Deus, seria capaz de estruturar a economia daquela parte do território nacional sem primeiro encaminhar-se no sentido de proporcionar à sua população os meios de escapar aos efeitos das secas.

Clamei desta tribuna o quanto permitiam minhas forças físicas; apelei para o bom-senso de todos e para o patriotismo do Congresso, e agora, como que por castigo da própria Providência, verifica-se que aquela gente passa fome e sede, exatamente porque o órgão que recebeu do povo brasileiro o mandato solene de redimir o Nordeste — a SUDENE — orienta-se quase exclusivamente no sentido de preparar, naquela região, os planos de subversão da ordem social, abandonando o homem do campo e promovendo a concentração do proletariado nos centros urbanos.

O Sr. Afrânio Lage — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muita honra.

O Sr. Afrânio Lage — Não sei se V. Ex.ª tem conhecimento de que a SUDENE entregou ao Prefeito da cidade do Recife, cerca de cem milhões de cruzeiros para a abertura de poços na capital pernambucana. Esse dinheiro, segundo me foi informado

pelo Governador do Estado, era destinado à perfuração de poços na zona do Polígono das Secas. Esse fato é de enorme gravidade, de vez que, como ora observamos e como muito bem salienta V. Ex.ª, enquanto o sertanejo nordestino morre de sede, a SUDENE aplica em Recife as verbas destinadas à abertura de poços na zona das secas, entregando-as — o que é mais grave ainda — à Prefeitura daquela cidade, que não explora o Serviço de Águas, porquanto este é serviço estadual. Mais uma vez solidarizo-me com V. Ex.ª denunciando à Nação fatos dessa natureza e, como nordestino, uno minha voz à de V. Ex.ª, para juntos pedirmos aos poderes competentes as necessárias providências no sentido de ajudar ao nordestino, que continua desassistido, apesar do noticiário exagerado em que se exalta um trabalho que até agora vem sendo feito simplesmente no papel.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço a oportuna solidariedade que V. Ex.ª me empresta, trazendo ao conhecimento da Nação uma denúncia de gravidade excepcional.

Sr. Presidente, estou certo de que a SUDENE — que há cerca de três anos vem funcionando e recebeu da Nação, como disse no início, o mandato solene de erradicar os males causados pelas secas no Nordeste brasileiro — tivesse boas intenções e pretendesse efetivamente, livrar a população sertaneja das crises climáticas que a afligem periodicamente ter-se-ia encaminhado para os campos, perfurando poços, acumulando água, a causa única da desordem econômica e social do Nordeste.

Estou certo de que se tivesse havido ação continuada da SUDENE nesse rumo, a estas horas os homens do sertão do Cariri e de toda a zona compreendida no Polígono das Secas não estariam reclamando providências desse tipo, do Governo da República.

Sr. Presidente, comentando o telegrama a que me referi, passo à leitura do meu modesto discurso de hoje. (Lendo):

Para mim, um dos fatores que mais empobrecem, desvitalizam e destroem a personalidade humana, é o medo. De certo, não pensarei em deter-me nessa perturbação que avassala o espírito ante a ideia de um perigo real ou aparente que possa minar a resistência da alma, sob o temor de periclitar a integridade física do homem. Não falo, assim, do guerreiro, que teme a morte ao encaminhar-se para os campos de batalha. E menos direi desse medo subjetivo, o pavor dos fantasmas, das almas do outro mundo, que aterrorizam o espírito débil das crianças. Quero referir-me, Sr. Presidente, a esse temor que se vai generalizando neste país, como ameaça profunda e grave à estrutura moral da nação brasileira. É o medo de falar; o receio de dizer; a covardia ao dever da denúncia; a omissão à verdade; a infidelidade ao pensamento; o receio de desgostar. Quando esse estado de espírito se agrava nos seus caracteres de morbidez, incidindo na pessoa do homem ou de homens, há o recurso dos sanatórios. E não é impossível a recuperação pelos processos científicos e especializados, no tratamento das moléstias nervosas. Mas, se ele atinge a uma nação inteira não há sanatório que possa corrigir.

Eu também tenho medo, Sr. Presidente.

O maior de todos os medos, porque é o medo de ver o Brasil transformar-se num país decadente, vencido, fluindo ao capricho dos ventos como uma nação sem fé, sem vontade e sem rumo.

Que será de nós se o medo avassalar o Congresso Nacional? Que será do povo se o medo amesquinhar e comprometer a integridade moral desse Poder da República? Que será de nós se o medo fizer tremer a Justiça? Que será da segurança individual e coletiva? Que será da ordem jurídica, da ordem social e econômica; que será das instituições; da liberdade; da democracia e da república se minuar ou anular-se, pelo temor, o espírito da autoridade?

E volto ao Congresso, Sr. Presidente. E' ele que preside os rumos da nação. E' ele que detém as mais altas prerrogativas constitucionais, para ser livre e forte. E' sua, bem sua, a hora em que vivemos. Ele está convocado, por um imperativo da História a uma afirmação solene de sua existência. Creio na visão e no patriotismo dos seus componentes. Já o disse muitas vezes. Mas, sinto que há necessidade de um cuidado maior: de uma franqueza mais dura; de uma resistência mais definida e de uma atitude irreversível em face dos males e dos perigos que ameaçam subverter as instituições nacionais e minar as bases morais de civilização ocidental. Percebe-se em todos os recantos desta nação a influência penetrante de uma propaganda sábia, no ângulo da técnica, visando a inquietação, a revolta e a desordem popular. A pregação nacionalista vai perdendo o cunho dos grandes movimentos nacionais que objetivam a estruturação da independência política, social e econômica dos povos. Sob o pretexto de emancipação do Brasil de quaisquer dependências estrangeiras, funciona ativamente o pensamento de submeter o país ao domínio e ao império da grande nação soviética. E esse trabalho vai sendo forte, intenso, avassalador. Ele está na imprensa, nos colégios, nas escolas, nas Faculdades nas fabricas, nas oficinas, nas cidades e nos campos. E marcha intolerância dogmática. Para os seus líderes, não são nacionalistas os que pregam uma leal convivência pacífica com todos os povos do mundo, sem discriminações ideológicas. Nacionalismos, para eles, é o repúdio e o ódio aos Estados Unidos da América do Norte. E' a nossa aproximação: a aproximação sempre maior, das fronteiras da Cortina de Ferro. E' o rompimento de nossas tradicionais relações de amizade com aquela poderosa nação do continente. E' o apoio à tirania sanguinária de Fidel Castro. E' a política contraditória e biftonte que defende o critério da não intervenção dos povos do mundo, nos domínios da ação soviética, quando se escravizam nações soberanas e cultas. E' o resguardo do princípio da autodeterminação dos povos para justificar o império de tiranos. E' a defesa da Rússia quando esta viola a soberania de Estados livres esmagando a vontade popular e o amparo simultâneo às nações colonizadas que lutam pela emancipação. E' essa política, Sr. Presidente, louca e subversiva que afugenta o capital estrangeiro necessário ao processo natural de nossa própria emancipação econômica. E' o planejamento traiçoeiro que nega ao nordeste as condições elementares de vida. Essa política que não sente e não vê, porque não convém ver nem sentir, que a desgracia da região fluazelandas pelas secas só poderá extinguir-se com água e irrigação. Essa que não ouve, nesta hora, o grito dos baianos, pedindo ao céu o milagre das chuvas porque os governos não lhes deram as grandes barragens que os acatelassem na fase da calamidade. E' essa ainda gor. comece a destruir a economia privada de vinte milhões de nordestinos, que, pela carência da água acumulada vão ficando sem meios de sobrevivência. E' essa que inflama as ingenuas e nobres massas camponesas contra os proprietários rurais, numa preparação psicológica perversa e desumana, para aplicação no Brasil dos métodos subver-

sivos de Cuba. E' essa que está preparando, Sr. Presidente, a sovietação deste País, pelo processo criminoso de despovoar os campos e superpovoar as cidades. E' essa que vai semeando a fome e a miséria para conduzir as populações rurais ao desespero. E' preciso denunciar este crime. Denúncia-lo sem temor, porque não podem temer os que estão certos de que servem à Pátria. De certo não será o governo que aí está a causa originária da catástrofe que se provoca. Mas ele passará a história com a responsabilidade de não tê-la evitado. Creiam na sinceridade do meu patriotismo. E' em nome dele que eu invoco o patriotismo do governo. Do honrado Chefe de Estado, chamado, em plena mocidade a dirigir os destinos desta nação, na hora da crise. Ele, o gaúcho nobre e forte, de alma aberta aos reclamos e aos sofrimentos das massas. Tenha o Presidente Goulart o pulso forte do estadista, resoluto e firme, na condução dos nossos rumos. Dê sentido vigoroso e marcante ao princípio da autoridade governamental e restaure a ordem financeira, social e econômica de que precisamos.

Reguarde a segurança, a tradição e a confiança de nossa política externa, para que possamos inspirar respeito nas relações com os demais povos do mundo. Maior o meu apelo ao ilustre Conselho de Ministros, comandado pelo talento, habilitado e patriotismo do grande brasileiro que é o Sr. Tancredo Neves. Ali estão também os ilustres chefes de nossa gloriosa Forças Armadas. Em suas mãos repousa a segurança das instituições nacionais. Ninguém, neste país, poderá discutir a honra imaculada de sua farda. Ninguém poderá admitir que, um dia, as armas do Brasil guardem o império das tiranias. Mas, sentimos a necessidade de uma maior vigilância pela tranquilidade da família brasileira. E' preciso evitar a desgraça da luta entre irmãos. O desamparo do governo às populações rurais, desta nação já se tornou intolerável. No nordeste, a fome ameaça todos os lares pobres. O preço das utilidades vai tornando impossível a sobrevivência dos que ainda não desertaram dos campos. Falta produção e ninguém fomenta a produção. A mecanização dos processos agrícolas é incipiente e inacessível aos pobres. Minguaram os campos de experimentação e multiplicação de semente. Não há economia agrícola estável de subsistência. Se a chuva não cai, a semente não madura. Se chove a lavoura é destruída pelas pragas. Faltam os inseticidas e pulverizadores. Faltam os reservatórios, os açudes, os poços tubulares; falta a irrigação. Faltam esses elementos indispensáveis à fixação do homem ao meio e à proteção de sua economia agrícola e pecuária, na ocorrência das secas a assistência técnica e financeira. Falta a assistência médica. E ninguém, Sr. Presidente, pode rebelar-se contra essa desgraça que vai subverter a ordem social e econômica do nordeste brasileiro. Ninguém pode denunciar os criminosos da SUDENE que abandonaram os camponeses. Lembrem-se eles dos lavradores apenas para insuflar, através das Ligas camponesas, tão legítimas e patrióticas nas suas intenções, mas já hoje infiltradas de comunistas; insuflar a luta de classe, a guerra entre patrões e trabalhadores. A guerra que já vai custando o sangue de irmãos, como ocorreu, nos últimos dias, no meu querido Estado.

E ninguém, quero repetir, poderá chegar à área soberana daquele órgão, para lhe mudar o sentido subversivo dos seus rumos. Nem os parlamentares nordestinos sentem-se livres para discutir o problema. Eu próprio, por tentar fazê-lo, sofri a espetacular punição do Recife.

O meu crime foi singular. Pedi água para combater os efeitos das secas, milhões de brasileiros uma economia

Pedi irrigação para assegurar a vinte milhões de brasileiros numa economia agrícola capaz de amparar o homem na faze do flagelo climático. Pedi instrumentos agrícolas que minoressem sofrimentos dos camponeses. Pedi poços tubulares que derrassem água ao agricultor e aos seus rebanhos nos períodos de crise. Pedi sementes e inseticidas. Pedi assistência técnica e financeira. Pedi a instalação de postos do SAMDU, nos municípios desprovidos de assistência médica. E porque feria a soberania da SUDENE; porque tudo isso perturbava os planos premeditados daquele órgão que a nação já ainda conhecer, fui cruelmente castigado e punido. Fui, simbolicamente, sepultado vivo pelos comunistas do Recife.

Sr. Presidente. Não sou homem tímido e nunca fui demagogo. Não exagero nem alarmo. Mas declaro ao Senado e à nação que considero grave, pelas razões que expendi, a situação do Brasil e do nordeste. Possivelmente ainda agora não serci ouvido. Quero, entretanto, registrar a minha respeitosa e sincera advertência ao governo. Não vejo mais tempo para os inabacáveis planejamentos de Gabinete.

A nação precisa tranquilizar-se. Precisa sentir a ação vigorosa da autoridade, disciplinando as forças sociais e imprimindo ordem à vida financeira, social e econômica deste País. Precisa de ação imediata, prática e objetiva. E' necessário deitar fora a influência dogmática das teorias, que nem sempre vão ao encontro dos interesses reais da coletividade. Ainda agora estamos em face de uma situação angustiante que não comporta providências tardias. Desapareceram dos mercados nordestinos gêneros de se vê e como se não existisse — tal e elevação dos preços. Há fome nas classes pobres. Falta a farinha de mandioca, falta o milho e ainda o feijão. Impõe-se um abastecimento urgente e por via aérea, se não quisermos precipitar os acontecimentos. Esse é o quadro da população pobre do meu Estado.

E para não mais sentirmos esses exemplos de desordem, atire-se o governo, resolutamente, à política da produção nacional. Mobilize todos os meios e instrumentos de amparo ao lavrador. Evite a vergonha e a desgraça de vermos debatendo-se nas garras da miséria os homens que constroem, na vida dos campos, a grandeza das nações.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem... muito bem? Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Como Líder da Maioria — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não é a primeira vez que tenho a ventura de receber correspondência do Sr. Governador Leonel Brizola. S. Ex.^a ainda há pouco remeteu-me telegrama dando notícia de que no Estado do Rio Grande do Sul não houve invasões de propriedades.

Após responder a S. Ex.^a e retificar a informação perante este Plenário, o eminente Governador do Rio Grande envia-me ofício acompanhado de uma síntese da reforma agrária que pretende levar a efeito naquele Estado e de sugestões, das quais me pede dar conhecimento ao Senado como subsídio para esta Casa, quando aqui for debatido o projeto de reforma agrária.

Há seis meses recebi do Governador de São Paulo, Sr. Carvalho Pinto, uma carta na qual S. Ex.^a expôs os planos sobre a reforma agrária naquele Estado, e que tive ensejo de fazer transcrever nos Anais da Casa. Mostrei-me apologeta da reforma agrária levada a efeito pelo Governador paulista. Agora, é o Governador Leonel Brizola

quem me honra com a sua carta, vazada nos seguintes termos:

"Governo do Rio Grande do Sul

Porto Alegre,

26-2-1962.

Senhor Senador:

Tenho a honra de encaminhar a V. Ex.^a as anexas sugestões do Governo do Rio Grande do Sul, da Federação das Cooperativas Trilíticas, das Associações dos Vinicultores, dos Orizicultores e dos Agricultores Sem Terra deste Estado, relativas à questão agrária e ao problema das populações urbanas sem casa.

Desnecessário será encarecer a V. Ex.^a o relevo que damos as aludidas sugestões e aos problemas a que elas se referem, para diminuir as tensões existentes, de ordem econômica e social no campo e nas cidades.

Espera o Governo e o povo riograndense que V. Ex.^a empreste às referidas sugestões a autoridade do seu elevado apoio e as considere para o fim de incluí-las no projeto de iniciativa governamental que será submetido ao Egrégio Poder Legislativo.

Devo dizer-lhe, finalmente, que as sugestões agora apresentadas procuraram corresponder ao espírito solidarista que se traduz na Constituição da República para a organização de uma ordem política e social compatível com a dignidade da pessoa humana e com a valorização do homem através do trabalho de sentido social e cristão.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex.^a os protestos de consideração e apreço. — Eng.^o Leonel Brizola, Governador do Estado".

Sr. Presidente, resumirei as sugestões do Governador Leonel Brizola.

Desde logo, porém, quero deixar consignado nos Anais do Senado que venho acompanhando, *pari passu*, a atuação desse correligionário à frente do Governo riograndense. O ilustre engenheiro Leonel Brizola — é sempre bom que se mencione este fato — numa das horas mais difíceis para a nacionalidade, quando estivemos a braços com uma das nossas maiores crises político-militares, deu-nos um exemplo dos mais edificantes, com a sua atitude desassombrada. Só não enveredámos pelo caminho errado das soluções extraleais graças a esse ilustre Governador. Se ainda hoje continuamos nesta Casa devemos, em grande parte, à atuação de S. Ex.^a. O Governador Leonel Brizola alertou e preparou o povo riograndense para defender a legalidade, quaisquer que fossem as circunstâncias, se porventura tivéssemos descambiado para uma solução que não a democrática.

Faço este registro como homenagem ao ilustre Governador, antes de entrar na apreciação das sugestões com que S. Ex.^a me honra, as quais lerei desta Tribuna para que sejam consideradas quando elaborarmos aqui, o projeto de Reforma Agrária em face do trabalho que nos foi enviado pelo Conselho de Ministros.

São os seguintes:

Sugestões do Governo do Rio Grande do Sul visando encaminhar a questão Agrária e o problema das populações urbanas sem casa própria.

1. A Reforma Agrária é um complexo de normas jurídico-sócio-econômicas, visando a racionalizar a distribuição das terras, aumentar a produção e a estabelecer um ambiente de justiça social para as populações rurais que re-

suite na constante elevação de suas condições de vida. Os princípios em que se funda a Reforma Agrária preconizada pelo Governo gaúcho estão inscritos no texto da Constituição do Estado (Artigo 173, 174, e seus parágrafos) e na Carta Magna da República (Artigo 145 e seu parágrafo).

"A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização de trabalho humano (Artigo 145 da Constituição Federal)."

"A todos é assegurado trabalho que, possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social (Artigo 145, Parágrafo Único, da Constituição Federal)."

"O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, aos pequenos agricultores e às suas organizações legais, pro-néficis, meios de produção e de meios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar (Art. 173 da Constituição do Estado)."

"O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social (Art. 174, da Constituição do Estado)."

"O Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação (§ 1º do Art. 173 da Constituição do Estado)."

"Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover à justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter parte em terras e meios de produção (§ 2º do Art. 174 da Constituição do Estado)."

"O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando às finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região (§ 3º do Art. 174 da Constituição do Estado)."

Verificamos que assistia razão ao Governador Leonel Brizola. (Lendo):

"O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo planos de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas (§ 4º do Art. 174 da Constituição do Estado)."

"Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo Poder Público, destinadas à formação de elementos aptos às atividades agrícolas (§ 5º do Art. 174 da Constituição do Estado)."

Sr. Presidente, ao ter conhecimento das primeiras providências do Governador Leonel Brizola, pareceu-me que S. Exª excedia. Diante, entretanto, dos artigos da própria Constituição estadual, vejo que o ilustre dirigente riograndense pautou seus atos pelo que rege a Carta Magna do seu Estado.

O Sr. Mem de Sá — Permite Vossa Exª um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muita honra.

O Sr. Mem de Sá — O Governador Leonel Brizola já teve oportunidade de declarar, de público, que são de minha autoria os artigos da Constituição estadual que V. Exª acaba de ler.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É verdade; faz justiça a V. Exª.

O Sr. Mem de Sá — Devo dizer, porém, que não são integralmente da minha autoria; são mais da autoria da Banca do Partido Libertador de

que eu era membro, e ainda houve emendas de outros eminentes constituintes. Os princípios que aí estão, indubitavelmente, são princípios que todo bom democrata espósa e aplaude. O que se criticou, nos episódios riograndenses, foi o processo através dos quais se procurou atingir essas finalidades, finalidades que podem e devem ser perseguidas mediante um plano sério, organizado com base financeira. Esse plano somente depois de bem amadurecido e estruturado deve entrar na fase de execução. O que se criticou, repito, foi a subversão do processo, iniciado com a adoção de medidas criadoras do ambiente de verdadeira apreensão e inquietação social, sem qualquer preocupação em que os artigos da Constituição fossem cumpridos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vossa Exª vai-me permitir que traga também ao conhecimento da Casa a criação do Instituto de Reforma Agrária.

O Sr. Mem de Sá — A criação desse órgão foi posterior aos episódios criticados.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Foi em fevereiro de 1962.

O Sr. Mem de Sá — Nos últimos dias de fevereiro, depois dos episódios, é que foi criado esse Instituto, com o objetivo de elaborar planos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — No documento que estou lendo, o Governador Leonel Brizola justifica sua posição e nas sugestões que traz ao Senado da República dá o exato sentido das medidas que anteriormente adotara.

Como de início acentuei, eu mesmo tinha a impressão de que S. Exª estaria se excedendo. Verifico, porém, com especial agrado, que um dos colaboradores da Constituição riograndense, autor dos dispositivos aqui destacados foi o eminente Senador Mem de Sá. Aliás, parece-me que o próprio Governador Leonel Brizola, em certa entrevista concedida no Rio Grande, fez menção à circunstância de que se baseava em artigos da Carta do nobre Senador Mem de Sá.

O Sr. Mem de Sá — Mas nobre Senador, não se criticam os artigos, e sim os processos de executá-los.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É possível que o Governador, setindo como todos nós a necessidade de, o quanto antes, se implantar a reforma agrária, tenha-se antecipado com a adoção de determinadas medidas, no Rio Grande. E V. Exª não se iluda — tais medidas estão também influiendo para que cuidemos de que já é tempo de o Congresso Nacional dar uma solução ao problema da terra.

O Sr. Mem de Sá — Mas se tal solução não tiver como base medidas amadurecidas e estruturadas, haverá balbúrdia, inquietação e apenas se distribuirá miséria. Atirar homens à terra sem qualquer preparação, sem assistência e sem qualquer meio para que possam realizar a produção agrícola, será o mesmo que lançá-los a uma situação pior do que aquela em que se encontram.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Certo. É também a minha opinião, transmitida em telegrama ao Governador Leonel Brizola. Acentuei ainda julgar o assunto amadurecido suficientemente. No decurso de tantos anos, e o Congresso Nacional já em condições de deliberar sobre o Estatuto da Terra, adotando medidas capazes de bem atender às reivindicações dos que lutam e morrem no campo.

Continuo a leitura da exposição do Governador do Rio Grande do Sul: (Lendo):

A Reforma Agrária deve realizar a democratização da propriedade e permitir o acesso e fixação do homem à terra, como proprietário e não como servo, inclusive dos trabalhadores rurais, que além

disso, devem ser, indispensavelmente, amparados por um regime de garantias jurídico-sociais. O processo de democratização da propriedade deve ter, em vista, especialmente, a difusão da pequena e média propriedade, organizações cooperativas, planos de produção e todo um conjunto de normas que venham evitar e corrigir os aspectos negativos do minifúndio.

2. Entende o Governo do Rio Grande do Sul, que caberá à União, por seus Poderes Legislativo e Executivo, oferecer as diretrizes gerais e a legislação básica para a Reforma. Estabelecidas as diretrizes gerais (planejamento), aos Estados deve caber, assistidos pela União, a elaboração e execução dos programas e projetos de Reforma Agrária. Inclusive, deve ser permitido aos Estados e Municípios legislar, complementarmente, sobre a matéria. Se ocorrer a inexistência ou precariedade de condições locais para a execução da reforma, o Governo Federal realizará diretamente os programas e projetos adequados à região. A estruturação do mecanismo de execução é um problema de técnica de organização, parecendo fundamental a existência de um órgão nacional com adequada flexibilidade atuando em articulação com os órgãos estaduais correspondentes.

3. A questão básica da Reforma Agrária reside nos fatores "terra-recursos". O Governo do Rio Grande do Sul propõe a instituição de um "Plano de Obrigações Sociais", na base os empréstimos internos e compulsórios, objetivando equacionar e resolver o problema. Além disto, deve-se levar em consideração a possibilidade de se conseguirem outros recursos através de empréstimos específicos (Aliança para o Progresso, por exemplo).

4. Fundamentalmente para realização de um programa de intensidade progressiva, em matéria de Reforma Agrária, necessitaria o Governo ou as entidades por ele credenciadas, dispor de amplas áreas, localizadas adequadamente (alguns milhões de hectares) e de grandes recursos financeiros para atender, às inversões correspondentes aos programas e projetos de Reforma Agrária a serem executados.

5. O problema "Terra" seria resolvido pelo lançamento de um empréstimo (Obrigações Sociais) interno e compulsório (15 anos) sobre os proprietários rurais e de áreas ou loteamentos urbanos, acima de determinado mínimo, e correspondente a 10% do valor real da propriedade. Esse empréstimo compulsório poderia também ser pago em terras.

6. Ao enquadrar os lotes urbanos no Plano de Obrigações Sociais, tem em vista o Governo do Rio Grande do Sul esboçar um início de Reforma Urbana, eis que muitas áreas urbanas e suburbanas, esperando valorização ou inaproveitadas pela inércia de seus proprietários, representam abuso ao direito de propriedade, não menor do que os grandes latifúndios. Uns e outros são antisociais e antieconômicos. Há, ainda, a acrescentar como vantagem dessa medida, o propósito de evitar uma "corrida" de populações já urbanizadas e sob muitos aspectos já sem condições de cultivar a terra, para os novos núcleos de colonização. Tais populações devem ser encaminhadas para as atividades da indústria, que deverá sofrer um grande impulso em seu desenvolvimento em razão da Reforma Agrária.

7. A contribuição dos proprietários rurais e urbanos, destinada a resolver o problema terra, deve ser na forma de um empréstimo à base de 10% (dez por cento) sobre o valor real do imóvel, pagável em terras ou lotes, respectivamente, ou em dinheiro, observados os seguintes limites e condições:

a) Proprietários rurais de extensões superiores a 1.000 has., ou aquelas abaixo deste limite cujo valor, considerada a sua localização, for acima de 500 vezes o salário mínimo mensal da região;

b) Proprietários de áreas suburbanas cuja extensão, no mínimo, for igual a 3 has., ficando isenta aquela cuja exploração, feita em toda a sua plenitude, concorra diretamente para o abastecimento dos centros populacionais e onde seu proprietário trabalhe diretamente a terra;

c) Áreas urbanas loteadas ou não, cuja extensão total seja igual ou superior a 10 vezes um lote urbano, considerado como tal o adotado pelas municipalidades.

8. O problema "Recursos Financeiros" seria resolvido através de um outro empréstimo interno e compulsório sobre a grande indústria, o alto comércio e bancos (Obrigações Sociais) de tal modo que possa render cerca de 50 bilhões de cruzeiros por ano, durante 10 anos, totalizando um montante superior a 500 bilhões. Quanto à forma e execução deste empréstimo são problemas que cabe aos órgãos técnicos do Ministério da Fazenda estudar. E ainda mais, o Governo Brasileiro deveria solicitar ao programa "Aliança para o Progresso", uma contribuição mínima de 300 milhões de dólares, no decurso de determinado período. Os recursos provenientes do empréstimo incidente sobre a propriedade devem permanecer nos Estados de origem. Os demais recursos deverão ser redistribuídos mediante um critério proporcional à população rural de cada Estado.

9. É necessidade inadiável, em nome dos princípios sociais e da fraternidade cristã, regular através de legislação competente, as relações de trabalho no campo. O Governo do Rio Grande do Sul apela ao Congresso Nacional para que seja aprovado um dos projetos em curso, estendendo a legislação do trabalho aos nossos irmãos do campo, bem como os benefícios da Previdência Social.

10. Quanto aos problemas do arrendamento e da parceria agrícola, propõe o Governo do Rio Grande do Sul, as seguintes normas:

a) quanto aos arrendamentos rai, não devem exceder a 5% (cinco por cento) do valor da terra, prorrogando-se, quanto ao prazo, por mais 8 (oito) anos, os atuais contratos e fixando-se igual período para os novos contratos;

b) quanto à parceria agrícola, com idêntica prorrogação de prazo, e de tal modo que a percentagem atribuída ao proprietário não deve exceder de 10% (dez por cento), quando somente a terra é cedida, ficando para a legislação complementar dos Estados a fixação de outras percentagens de participação, quando o proprietário além da terra proporcionar outros fatores de produção;

c) estabelecer obrigatoriedade do cultivo agrícola da terra para produtos de consumo humano, animal ou industrial, no mínimo em 20% (vinte por cento) das áreas territoriais das propriedades rurais, podendo a legislação estadual

complementar estabelecer reduções deste limite conforme as peculiaridades locais.

11. O Governo do Rio Grande do Sul propõe, ainda que os Poderes da República, através de reforma constitucional ou, se possível, de legislação ordinária, adotem normas visando limitar a extensão da propriedade rural para um mesmo proprietário, guardadas as peculiaridades locais e regionais, localização, bem como a natureza e tipo de exploração agropastoril a que se destina. — Engenheiro Leonel Brizola, Governador do Estado. — Olmiro Simões Pires, Presidente da Federação das Associações Orizícolas do R. Grs. do Sul, sem prejuízo de outras sugestões. — Edgar de Almeida Perez, Presidente da Federação das Cooperativas Trilicolas do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO), sem prejuízo de outras sugestões. — João Giugliani Filho, Diretor Executivo da Associação dos Vinicultores do R. G. do Sul, sem prejuízo de outras sugestões. — Milton Serres Rodrigues, Presidente das Associações dos Agricultores Sem Terras do R. G. do Sul (MASTER), sem prejuízo de outras sugestões.

Essas sugestões, que trazem as assinaturas que acabo de ler, eu as trago, com muita honra, ao conhecimento do Senado, por solicitação do Governador Leonel Brizola.

Aproveito a oportunidade para pedir ao Conselho de Ministros que não retarde o envio, a esta Casa, do trabalho elaborado por uma comissão de técnicos e economistas e por aqueles que trabalham no amanho da terra, para que assim o Congresso tenha, o quanto antes, ocasião de apreciar a matéria, resolvendo-a com a necessária brevidade.

Lembro-me bem que já se aventava a hipótese da reforma agrária quando iniciei meu mandato, há cerca de oito anos. Meu primeiro discurso foi, aliás, sobre essa matéria.

Decorrido tanto tempo, ainda não entregamos à Nação um trabalho que atenda às necessidades das populações dos diversos rincões do Brasil e de solução ao problema da terra e do homem que nela habita.

São sumamente interessantes as sugestões do Governador eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul, que à frente do seu Estado trabalha com denodo na magna tarefa de soerguimento da economia brasileira, revelando bravura, destemor, franqueza e seriedade no encarar os problemas nacionais.

Influenciado pela invocação do Governador Brizola, solicito ao Conselho de Ministros remeta o quanto antes, para o debate do Congresso Nacional, o projeto de reforma agrária, a fim de que tenha solução, mesmo que não constitua remédio para todos os males da agricultura neste País. Não se trata, de fato, de panacéia para todos os males da agricultura no nosso País, mas será o primeiro passo para movimentar, dinamizar a agricultura nacional, dando possibilidade de acesso à terra a quantos queiram nela trabalhar.

Sr. Presidente, trata-se de dar a cada um a possibilidade de possuir um pedaço do Brasil, para ser mais brasileiro, porque é mais brasileiro quem possui um pedaço do território nacional. Quando aprecio a disposição do Governador Brizola, de colaborar na execução de uma reforma agrária, é com prazer que apelo, em nome da Maioria desta Casa, em cuja liderança me encontro, ao Conselho

de Ministros para que não retarde mais a remessa do projeto da Reforma Agrária a esta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem.).

O Sr. Guido Mondin deixa a Presidência, reassumindo-a o Senhor Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o acontecimento capital da semana finda não foi, a meu ver, a instalação do Congresso, nem a Mensagem Presidencial, nem o decepçante discurso do Sr. Jânio Quadros, mas sim a reunião dos dirigentes partidários, com os Ministros e o Chefe de Estado, em que ficou assentado o esquema das medidas imediatas para enfrentar o aterrador déficit orçamentário do exercício. Oficialmente ficou a nação sabendo que o desequilíbrio potencial do Tesouro no corrente ano, monta à cifra astronômica de 329 bilhões de cruzeiros, ou seja, quase 70% da receita prevista.

Importante é assinalar que o Conselho de Ministros, diante da calamidade, com o compromisso dos Partidos nacionais, assentou um plano de emergência que, se não tem a virtude de corrigir a situação de forma definitiva, promete diminuir a proporções suportáveis os impactos inflacionários que nos ameaçam.

Cumpro, portanto, registrar dois pontos de fundamental significação. Primeiro: o Poder Executivo fez o que dele se reclamava, estabelecendo as providências cabíveis para o momento. Se elas não erradicam as causas do flagelo, demonstram, pelo menos, que o Governo está disposto a agir. Segundo: cabe agora ao Congresso a imensa responsabilidade de realizar a sua parte da tarefa, pois dele depende a outorga dos instrumentos de ações solicitados. Precisam, portanto, Câmara e Senado, agir e agir depressa, na elaboração das diversas leis, indispensáveis para o modesto objetivo visado. São quatro as leis para a ação imediata e urgente do Governo, mais duas para aplicação no exercício vindouro. Aquelas — que são medicina sintomática — dizem respeito ao aumento dos depósitos compulsórios dos Bancos, na SUMOC, já em fase final na Câmara, à aprovação do plano de economias orçamentárias, no montante de 60 bilhões de cruzeiros, e à aprovação dos projetos referentes aos empréstimos compulsórios e aos facultativos, os primeiros estimados em 20 e os últimos em 90 bilhões. São, pois, diplomas que permitirão diminuir em 170 bilhões, se a sorte nos favorecer, ou, portanto, em mais de metade, o déficit temido. As duas outras leis que o Congresso tem sob a sua responsabilidade e revestem de maior importância, pois mediante elas será possível, no ano vindouro, atacar o mal de forma mais profunda e permanente. Refiro-me, como é evidente, à reforma tributária e à elaboração orçamentária.

Nestas é que se fará possível dar bases ao saneamento financeiro do Brasil, se nossos homens públicos tiverem a dose de juízo necessária para esta façanha digna do herói mitológico.

O que me traz hoje à tribuna, é assim, acentuar e encarecer a tremenda responsabilidade que nos pesa neste ano atribulado de eleições. Não sei se o Congresso terá tempo para dar à Nação o que se convencionou chamar reformas de base. Mas continuo afirmando que debelar a inflação constitui a base de qualquer reforma de base. Sem ela, tudo será inviável e, portanto, inútil. Ora, esta parte do

programa pode e tem de ser cumprida este ano e nossa, exclusivamente nossa, será a culpa se não for feita.

Sr. Presidente. Tem-se dito que o inglês só se torna bravo e disposto a todos os heroísmos, quando fica com medo. Assim o demonstrou a Inglaterra, sob o comando glorioso de Churchill, durante a última guerra, quando, diante do perigo de perder-se, a si mesmo se salvou e à civilização democrática. Creio que qualquer homem normal assim também procede, sempre que, para sobreviver, recorre às últimas reservas de energia e do instinto de conservação. Impõe-se, por isto, infundir medo aos brasileiros, convencendo-os de que é mortal o risco em que se encontram. Padecemos do mal do excesso de esperança, otimismo, confiança em nossas possibilidades, fé na Divina Providência.

Cumpro assustar a todos, Presidente, Ministros, congressistas, dirigentes, políticos, homens do povo. As notícias que cada dia chegam do Nordeste, sobretudo, devem bastar para a todos convencer que não há exagero, esforço retórico, trôpo de eloquência, quando se diz que a ordem, a paz social, as instituições e a democracia podem ser tragadas pela avalanche inflacionária. Já existe fome, já se morre de fome, já se mata por fome na Terra de Canaã. E daqui para o pior quando um quilo de carne seca custa 350 cruzeiros para um trabalhador que ganha menos de 200, por dia, daqui para pior tudo pode acontecer e a qualquer momento.

Sim, Sr. Presidente, minha esperança reside agora na fecundidade do medo. E, por mim, só me causa temor verificar que nossos homens públicos ainda não estão devidamente assustados. Ainda continuam agindo, falando, discutindo, como se não tivessem se dado consciência do perigo, como se irracionalmente contassem com soluções milagrosas, independentes de sua ação e de sua vontade. Como se a hora não fosse a de salvar o barco em que todos navegamos, à deriva, no mar tormentoso dos dias que correm.

Exemplo impressionante disto me deu a Mensagem do Sr. Presidente da República, vasada, de resto, com sobriedade e moderação dignas de louvor. Pois nela se vê que o Chefe de Estado não está devidamente penetrado da iminência de um naufrágio, tanto que, de coração leve e despreocupado, exprime a esperança da realização precipitada de um plebiscito que a Constituição, por ele solenemente jurada e de que ele se fez guarda e defensor, faculta seja realizado só em 1965. Assim fazendo, não se limita S. Exa. a demonstrar que continua inconformado com a situação que aceitou e a Constituição que jurou, mas, especialmente, comprova — e isto, a meu ver, é sobremaneira grave — que nem ainda se apercebeu plenamente da supina exasperação do perigo em que nos consumimos, nem mesmo compreendeu, em face da realidade, que os seus próprios interesses e sua própria posição pessoal na República são os primeiros a desaconselhar o retorno ao sistema de governo almejado pela ambição de mando.

Nem me detenho neste tópico da Mensagem Presidencial para não incidir no erro e na atitude que condeno. Não o discuto e critico porque estou bastante alarmado com o quadro da vida nacional, para me não perder em debates ociosos que só poderiam concorrer para a agravação do mal e eu lamento é que o Presidente da República não esteja tão assustado com a situação quanto ela o merece e até exige. E, no momento, devemos simplesmente pedir a Deus um incorporado e salutar medo para que Ele, ao mesmo tempo, nos dispense a

coragem de encarar e vencer o perigo mortal que o justifica.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin, nos termos do § 2º do Art. 163, do Regimento Interno.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o vespertino Última Hora de São Paulo, festejou, ontem, o seu décimo aniversário de existência.

E, para nós, parlamentares, motivo de satisfação toda vez que a nossa imprensa registra fato que assinala sua operosidade, sua presença, como agora ocorre com o aniversário de Última Hora.

Tem-se dito que Parlamento e Imprensa vivem irmanados na mesma luta e até no mesmo destino, como tão bem assinalava, há poucos dias, o nobre Presidente desta Casa em discurso na instalação dos trabalhos do Congresso Nacional.

E, pois, com satisfação que venho à tribuna desempenhar-me da incumbência de, em nome de vários Senhores Senadores ler a moção de aplausos Última Hora, no ensejo em que esse jornal tão vivo, tão vibrante e tão atuante festeja o seu 10º aniversário.

Diz a moção:

“Senhor Presidente,

O papel desempenhado pela Imprensa no engrandecimento do Estado de São Paulo, em todos os setores de sua atividade, projetando-o como a unidade líder da Federação Brasileira, é um fato digno da admiração de todo o país. E através da imprensa, testemunha permanente do labor do Estado e porta-voz de seu povo, que se espelha o vertiginoso desenvolvimento bandeirante.

Entre os mais prestigiosos órgãos da imprensa paulista, destaca-se a Última Hora, cujo aparecimento, em São Paulo, foi um marco na história do Estado, introduzindo inovações hoje incorporadas ao patrimônio do jornalismo brasileiro. Digno de nota é o empenho e a vibração que empresta às suas campanhas em favor das legítimas aspirações do povo paulista, capitalizando para si a simpatia e a confiança da opinião pública.

No momento em que a Última Hora de São Paulo festeja seu décimo aniversário, queremos congratular-nos com sua equipe — desde a alta direção da empresa até seus mais modestos funcionários — pela data, ontem assinalada, formulando votos para que novos triunfos marquem sua linha ascensional de veículo identificado com os anseios do povo paulista.

— as) Guido Mondin — Jorge Maynard — Lobão da Silveira — Mem de Sá — Zacharias de Assumpção — Benedito Valadares — Heribaldo Vieira — Sebastião Archer — Ovídio Teixeira — Afânio Lages — Argemiro Figueiredo”.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente, com alegria, em relação ao transcurso do 10º aniversário do vespertino Última Hora.

Valendo-me da minha presença nesta tribuna, e quando me sobram ainda alguns minutos antes da Ordem do Dia, registro fato ontem divulgado pelos jornais cariocas: Parece, à primeira vista, caso isolado, algo individualizado. Na verdade, porém, por trás dele talvez dezenas, quicá centenas ou milhares de fatos idênticos se verificam em nosso País.

Previamente porque a publicação data de ontem, é que volto a comover-me com a incidência de outros fatos que conheço.

No Brasil, não dispomos ainda de instituições destinadas à recuperação de inválidos, de mutilados, de criaturas que tendo sofrido algum acidente, ficam parcialmente impossibilitados de

trabalhar. Estes encontram todas as dificuldades para ganhar seu pão e o fato que ora assinalo é bem a prova evidente do que afirmo.

No transcurso da Segunda Guerra Mundial, quando navios brasileiros eram torpedeados em nossas próprias águas, entre os sobreviventes de um deles, cujo nome não recordo havia uma senhora e, com ela, conseguiu salvar-se uma criança, hoje adulta. De certo não será necessário descrever toda a tragédia vivida por ambas, na tentativa de salvação.

Em decorrência da luta para sobreviver a senhora, Dona Nair Café, sofreu deformação na espinha dorsal. Depois de longos e penosos tratamentos, parece que conseguiu recuperar-se, primeiro tratada por médicos patrióticos nossos, e posteriormente em Hospitais norte-americanos. Finalmente em condições de trabalhar, voltou ela para a pátria. Ai é que se verifica a precariedade de nossa assistência: não temos um instituto para esses atendimentos e sequer temos ainda, o que é mais triste, sensibilidade para aceitar esses casos isolados, providenciando sobre eles, no sentido de proporcionar trabalho a aqueles que, embora mutilados ou sofrendo desta ou daquela doença, se acham em condições de prover a própria subsistência.

Nossa pátria em vão bateu em várias portas. Não lhe quiseram dar trabalho. Ela, que tinha a experiência da vida nos Estados Unidos, entendeu que poderia prestar serviços ao País fazendo propaganda de nossas coisas, particularmente o café. E nota-se a coincidência de seu nome "Nair Café". No entanto o Instituto Brasileiro do Café, uma das portas a que ela bateu, não aceitou seu oferecimento.

E esta a notícia, Sr. Presidente, e é isso o que lamento: uma criatura, vítima de guerra, embora sem ser combatente, consegue sobreviver a uma tragédia, recupera-se e quer trabalhar. E nós simplesmente lhe negamos!

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com muita honra.

O Sr. Vivaldo Lima — Ouço, com toda a atenção, o discurso de V. Exa. A pessoa em causa é uma das sobreviventes de torpedeamentos durante a guerra passada. Quando desembarcou no Rio de Janeiro foi internada no Hospital da Cruz Vermelha Brasileira. Eu chefiava, naquela época, o Serviço de Traumatismo-Ortopedia do nosocomio daquela instituição, da qual sou hoje presidente. Coube-me assisti-la. Durante meses, cuidei dessa infeliz brasileira, que sobrevivia com graves lesões corporais. Orientei o tratamento sempre no intuito de conservar-lhe o físico intacto; não foi possível. A certa altura, para que a vida lhe não fugisse, fui levado a executar operação mutiladora: naquela infeliz brasileira, que foi também heróica. A permanência, por longas horas, na água fria tendo agarrada à sua perna outro sobrevivente, — uma desesperada menina — fez-lhe sofrer lesões vasculares muito graves que impediram a conservação do membro. E eis que aqui estou, agora no mandato de Senador da República, a escutar as palavras de V. Exa., embora ontem também tivesse tido a oportunidade de ler esse noticiário de O Globo. Verifiquei, pelo retrato, que Nair Café está física e moralmente recuperada. Mutilada, não obstante, ela está capacitada a exercer muitos mistérios em benefício de sua Pátria. O seu tratamento, entretanto, não pôde ser completado no Brasil por falta de meios — e V. Exa. aludiu ao fato até com certa revolta, formulando caloroso apelo no sentido de ser resolvido o problema — porque não dispunhamos de um serviço de fisioterapia com equipamento à altura de nossa condição de País altamente situado nas esferas científicas, para atender à complementação do seu tratamento. Com a ajuda do Governo de então, foi aos Estados Unidos para receber o tratamento adequado para preparar-

se a fim de receber uma prótese, um membro inferior artificial, e a recuperação das articulações, que sofreram a angústia da imobilização necessariamente prolongada. Com satisfação inteirava-me que Nair Café se recuperava satisfatoriamente, praticamente se curava e já se dispunha a prestar serviços pessoais, para não viver, como disse, e reafirma V. Exa., de esmolas. Queria receber alguma coisa, dando em troca seu trabalho, demonstrando que fisicamente pode dispensar ao País o exercício de uma função qualquer.

Não queria viver de uma pensão, de um favor, de uma caridade. Aetorna ao Brasil. E o instantâneo de "O Globo" mostra que se acha em boas condições, robusta, reintegrada. Voltou, mas está perplexa porque, aqui, não encontra quem lhe dê o esperado amparo, uma atividade condigna, ao menos, no exercício de uma função em entidade governamental. Lá, nos Estados Unidos, tem a promessa de ingressar numa organização comercial no seio das relações públicas.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar as campainhas) — Sou obrigado a solicitar a V. Excelência, Sr. Senador Vivaldo Lima, resuma seu aparte, por quanto esgotado já se encontra o tempo de que dispõe o nobre Orador!

O Sr. Vivaldo Lima — Peço desculpas ao Orador por ter-lhe roubado tempo tão precioso quanto necessário. Estava, apenas, prestando meu depoimento para ilustrar seu discurso, uma vez que se encontra aqui quem, em primeira mão, tratou da Sr. Nair Café, encaminhando seu tratamento, e que, infelizmente teve de mutilá-la. E, agora, regosija-se por vê-la na plenitude da saúde, apenas precisando de amparo pecuniário, que ela aceita em troca de serviços que pode prestar à Pátria. E não sendo possível, aqui, disso se ocupará no estrangeiro, jamais esquecendo sua Pátria, que sempre amou.

O SR. GUIDO MONDIN — Senhor Senador, não apenas por angústia do tempo, eis que devemos ser, particularmente nós da Mesa, respeitadores do nosso Regimento, mas verifico que V. Exa. completou o meu discurso. V. Exa. esclareceu a Casa e com que atuação quanto sabe em torno desta ocorrência. V. Exa., portanto, participa desta minha intervenção, como numa interpretação a quatro mãos. Valem. Sr. Senador, o esclarecimento de V. Exa. e minha angústia por constatar fatos desta natureza, e a esperança de que Nair Café possa regressar à sua Pátria e que sua Pátria a assista, porque pode. O seu caso certamente não será isolado: quantos não ocorrerão? Que eles nos sirvam de mais um motivo para a nossa batalha incessante em favor daquilo que é por demais preciso na terra o homem. (Muito bem! muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os dois primeiros itens da Ordem do Dia dependem de votação. Sendo, porém, evidente a falta de número, fica adiada a votação.

Passa-se à terceira matéria da pauta.

Discussão única da redação final do Projeto de Resolução número 5, de 1962, que altera os artigos 40, § 1.º, e 45, n.º III, do Regimento Interno (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 42, de 1962).

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Fica adiada a votação por falta de número.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito para esta oportunidade. (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 20 de março de 1962

(Têrça-feira)

1

Votação, em discussão única, da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 82, de 1961 (n.º 4.801, de 1959, na Casa de origem) que retifica, sem ônus, a Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1958 (redação oferecida pela Comissão de Redação com seu Parecer n.º 31, de 1962).

2

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 4, de 1962, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Argemiro Batista para o cargo vago de Guarda de Segurança símbolo PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

3

Votação, em discussão única da redação final do Projeto de Resolução n.º 5, de 1962, que altera os artigos 40 § 1.º, e 45, n.º III, do Regimento Interno (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 42, de 1962).

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

O Sr. Primeiro Secretário deferiu, em 28 de fevereiro de 1962, o requerimento n.º 66-62, em que Belmiro Fernandes solicita, a partir de 14 de janeiro de 1962, sessenta (60) dias de prorrogação do prazo para tomar posse no cargo de Marcineiro, PL-11.

Secretaria do Senado Federal, em 12 de março de 1962. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

S/n.º — de Suzy Cunha e Cruz, Auxiliar Legislativo, PL-9, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Departamento de Serviço Público de Goiás, no período de 3 de outubro de 1952 a 23 de julho de 1961, num total de 3.151 dias;

S/n.º — de Leyla Castello Branco Rangel, Redatora, PL-4, em que solicita, a partir de 10 de março do corrente ano, licença nos termos do artigo 273 do Regulamento da Secretaria;

N.º 14-62 — de Maria Riza Baptista Dutra, Oficial Bibliotecário, PL-3, em que solicita salário-família em relação a seu filho Carlos Eduardo, a partir de setembro de 1961;

N.º 399-61 — de Jorge Paiva do Nascimento, Oficial Legislativo, PL-8, em que solicita constar de seus assentamentos o elogio formulado pelo Senhor Vice-Presidente, Senador Auro Moura Andrade;

N.º 420-61 — de José Moyses Maia, Auxiliar de Portaria, Símbolo PL-10, em que solicita salário-família em relação a seu filho Luiz Cláudio, a partir de setembro de 1961;

Abonou, referentes ao mês de fevereiro de 1962, as faltas abaixo descritas:

de Carmelita de Souza, Oficial Legislativo, PL-8, nos dias 26, 27 e 28;

de Ubaldo Gonçalves, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 21;

de Leyla Araújo Castello Branco, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 21;

de Manoel de Almeida, Motorista, PL-9, no dia 26;

de José Soares Cavalcante, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 28;

Considerou como de licença para tratamento de saúde as faltas dos seguintes funcionários:

de Maria da Aparecida Jordão, Taquígrafa, PL-6, no dia 21;

de Eclá da Cunha Bréa, Oficial Legislativo, PL-7, no dia 19.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de março de 1962. — Maria do Carmo Rodon R. Saraiva, Diretora do Pessoal.

ORDEM DE SERVIÇO N.º 2-62

O Diretor-Geral determina aos Senhores Diretores que façam cumprir a Ordem de Serviço n.º 3-61, baixada em 21 de setembro do ano findo, no sentido de exigir dos servidores da Portaria e da Administração, que lhes estão subordinados, o uso obrigatório do uniforme, de acordo com o disposto no art. 370 da Res. 6-60, advertindo-os de que a inobservância da presente ordem implicará em punições disciplinares.

Outrossim, faz saber que não será permitido o registro do ponto, nem as assinaturas de folhas extraordinárias, caso os referidos funcionários deixem de cumprir a exigência regulamentar.

Diretoria do Pessoal, em 13 de março de 1962. — Maria do Carmo R. Saraiva, Diretora do Pessoal.

Resenha das matérias votadas no mês de fevereiro de 1962

(Convocação extraordinária)

Organizada pela Sinopse do Protocolo Geral do Senado Federal

A SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara número 179, de 1961 (n.º 1.225, de 1959, na Casa de origem), que estende aos servidores da Superintendência do Serviço de Profilaxia da Lepra no Estado de Goiás, os benefícios das Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1.º de fevereiro de 1955.

A CAMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei do Senado número 2, de 1957, que consolida a legislação sobre a situação Jurídica dos Procuradores de autarquias federais e dá outras providências

Projeto de Lei do Senado número 33, de 1960, de autoria do Sr. Senador Geraldo Lindgren, que determina sejam efetivados os professores do ensino primário e médio que fizeram provas de seleção para o magistério de Brasília.

Projeto de Lei do Senado número 37, de 1961, que dispõe sobre o loteamento ou desmembramento de terras rurais e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara número 33, de 1961 (n.º 1.643, de 1960, na Casa de origem) que altera, sem ônus, a Lei n.º 3.682, de 7 de dezembro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1960.

Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1961 (n.º 1.650, de 1956, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o Crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para a construção do Hospital do Jornalista.

Projeto de Lei da Câmara número 135, de 1961 (n.º 4.770, de 1958, na Casa de origem) que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício.

A PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução n.º 1, de 1962 de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Eth Vieira Kritz no cargo de Diretora, PL-1, do

Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Projeto de Resolução n.º 2, de 1962, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Deocleciano de Araújo Silva, no cargo de Auxiliar de Portaria PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Projeto de Resolução n.º 3, de 1962, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição da Prefeitura do D. F. o Oficial Arquivologista, PL-4, Manoel José de Souza.

Projeto de Resolução n.º 4, de 1962, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, Alberto Pereira da Cunha do cargo de Guarda de Segurança, Símbolo PL-9, da Secretaria do Senado Federal.

Aprovados:

Parecer n.º 645, de 1961, da Comissão de Relações Exteriores, no sentido do arquivamento da Mensagem n.º 93, de 1961 (número de origem 175-61) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Pascoal Carlos Magno para exercer a função de Embaixador Extraordinário do Brasil junto ao Governo da Polónia.

Requerimento n.º 53, de 1962, dos Srs. Senadores Lima Teixeira (Líder da Maioria), Fausto Cabral (Líder do PTB) e Paulo Fender, solicitando urgência, nos termos do art. 330, letra "b", do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado número 30 de 1961, que altera disposições do Decreto n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Rejeitados:

Projeto de Lei do Senado número 27, de 1961, que revoga o art. 7.º e seus parágrafos da Lei n.º 3.752, de 14 de abril de 1960.

Projeto de Lei do Senado número 30, de 1959, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a concessão da gratificação prevista no art. 145, Inciso VI da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (EFPCU) aos servidores que exercem cargos ou funções relacionados com o exercício da medicina, no Serviço Público Federal, regulamentada pelo Decreto n.º 43.186, de 6 de fevereiro de 1959.

Resenha dos discursos proferidos durante o mês de fevereiro de 1962

(Convocação extraordinária).

Organizada pela Sinopse do Protocolo Geral do Senado Federal

AFONSO ARINOS:

Em 15-2-62, reasumindo sua cadeira no Senado, solidariza-se com as homenagens de pesar aos Srs. Francisco Galotti, Cunha Melo e Antônio Joaquim de Moura Andrade — fazendo relato de sua missão político-diplomática na ONU, declarando finalmente que quem sustenta as teses do colonialismo e da opressão das massas, sustenta a tese do comunismo. Na mesma sessão tece diversos comentários em torno do plano da Aliança para o Progresso, fazendo explanação sobre a eterna batalha do comunismo. (DCN. 17-2-62).

Em 19-2-62, prossegue o relatório sobre a atuação da Delegação do Brasil na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas. (DCN. 22-2-62).

AFRÂNIO LAGES:

Em 7-2-62, justifica Requerimento de sua autoria, relativo às disposições não cumpridas dos Institutos de Aposentadorias e Pensões. (DCN. 8 de fevereiro de 1962).

Em 14-2-62, atendendo a apelos de seu Estado, pede providências para o reinício dos trabalhos da rodovia que

liga as cidades de Água Branca e Mata Grande, localizadas no polígono das secas; e para a construção de uma ponte no trecho entre as cidades de Penedo e Neópolis, no Rio S. Francisco. Outrossim, declara que o Senhor Celso Furtado deve olhar com prioridade e urgência a agricultura nordestina, para dar maior objetividade à SUDENE. (DCN. 15-2-62).

Em 15-2-62, refere-se ao plano da SUDENE para a migração forçada de nordestinos, declarando que o Estado de Alagoas acata de formar ao lado da Bahia na produção petrolífera. (DCN. 18-2-62).

Em 20-2-62, tece considerações em torno dos problemas do desenvolvimento da agricultura e o da alimentação, referindo-se ao Orfanato São Domingos, em Alagoas, que cerrou suas portas, o que bem demonstra a gravidade da situação em que nos encontramos. (DCN. 21-2-62).

ALOÍSIO DE CARVALHO:

Em 14-2-62, em votação o PLS. número 2-57, usa da palavra para encaminhar votação do projeto, suas emendas e subemendas. (DCN. 15-2-62).

BARROS DE CARVALHO:

Em 5-2-62, manifesta pesar pelo falecimento do Sen. Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

Em 26-2-62, lê telegrama do Deputado Leonel Brizola, Gov. do Rio Grande do Sul, acerca da encampação da Cia. Telefônica daquele Estado. (DCN. 27-2-62).

Em 5-2-62, associa-se às homenagens póstumas prestadas à memória de dois companheiros, Francisco Galotti e Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

CAIADO DE CASTRO:

Em 6-2-62, em discussão o PLS número 11-60, de sua autoria, justifica sua criação. Na mesma sessão, contesta o Sen. João Villasbôas, quando este se refere à Revolução de 1930. (DCN. 7-2-62).

Em 13-2-62, dirige apelo ao Diretor do SNAPP, para que reestude o caso da demissão do funcionário Juarez Carreira Palmeira, com dezoito anos de serviços naquela Autarquia. (DCN. 14-2-62).

Em 20-2-62, em discussão o PLS número 33-60, bem como o substitutivo e a subemenda, declara-se favorável ao substitutivo da Com. de Constituição e Justiça. (DCN. 21-2-62).

Em 21-2-62, tece diversas e ponderadas considerações em torno do PLS. n.º 24-61, relativo a enfermeiras convocadas pela FEB, apresentando emenda. (DCN. 22-2-62).

Em 22-2-62, presta esclarecimentos sobre o PLS. n.º 189-58, ora em discussão, declarando que sua aprovação colidiria com o interesse dos três Ministérios Militares. (DCN. 23 de fevereiro de 1962).

COIMBRA BUENO

Em 6 de fevereiro de 1962, em discussão o PLS. n.º 11-60, tece comentários em torno do mesmo. (DCN. 7 de fevereiro de 1962).

Em 14 de fevereiro de 1962, justifica Projeto de Emenda à Constituição. (DCN. 15 de fevereiro de 1962) — Em 22 de fevereiro de 1962 (extr. às 17.50) refere-se à redação final da Mensagem da UDN. à Nação, lendo telegrama remetido ao Gov. Carlos Lacerda e palavras deste quanto às principais medidas para solucionar a crise do Brasil. (DCN. 23 de fevereiro de 1962).

Em 26 de fevereiro de 1962, tece comentários em torno de alguns dos inúmeros problemas de Brasília, tais como: vias de comunicação às principais cidades vizinhas; os inúmeros casos de esquistossomose; a corrida de

famílias para o D. F. e sobretudo à avalanche de falsos políticos que negociam voto com a miséria e a fome. (DCN. 27-2-62).

Em 28 de fevereiro de 1962, refere-se a necessidade de ser criado um Grupo de Trabalho para medidas essenciais à superação de crises que abalam o País. Lembra ainda o estado de estagnação em que se encontra Brasília, solidarizando-se com os louvores ao Dr. Isaac Brown. Na mesma sessão, não tendo, inadvertidamente, concedido, aparte ao Senador Paulo Fender, em explicação pessoal, tenta apagar a má impressão causada pelas suas palavras anteriores, citando exemplo de patriotismo do nobre Presidente João Goulart. Insere em seu discurso palavras do Deputado João Agripino referentes à lei que visa à efetivação dos interinos. (DCN. 1.º de março de 1962).

DANIEL KRIEGER

Em 8 de fevereiro de 1962, faz relato da Com. de Constituição e Justiça, emitindo parecer favorável à aprovação do PLS. n.º 1-52, ora em discussão. (DCN. 8 de fevereiro de 1962).

Em 3 de fevereiro de 1962 faz relato de Congresso de Ruraisistas do Rio Grande do Sul, que assistiu na cidade de Santa Maria, louvando, através de documento histórico, o gaúcho, os campos. Na mesma sessão, associa-se às homenagens de pesar pelo falecimento do industrial, Antônio Joaquim de Moura Andrade. (DCN. 9 de fevereiro de 1962).

Em 22 de fevereiro de 1962 (extr. às 17.50), atendendo ao pedido por telegrama que lhe fez o Gov. Carlos Lacerda, pronuncia-se em favor da vida de Francisco Menezes. (DCN. 23 de fevereiro de 1962).

Em 23 de fevereiro de 1962, refere-se à aprovação da Lei San Tiago Dantas e à criação do Tribunal de Contas do D. F. (DCN. 24 de fevereiro de 1962).

FAUSTO CABRAL L.

Em 5 de fevereiro de 1962, reverência a memória dos dois companheiros, Francisco Galotti e Cunha Melo. — (DCN. 6 de fevereiro de 1962).

Em 9 de fevereiro de 1962, tece comentários em torno do projeto que dispõe sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações, achando que deverá ser votado ainda nesta convocação extraordinária. (DCN. 10 de fevereiro de 1962).

FERNANDES TAVORA

Em 5 de fevereiro de 1962, em nome da UDN, associa-se às homenagens de pesar prestadas ao Senador Francisco Galotti. (DCN. 6 de fevereiro de 1962).

Em 7 de fevereiro de 1962, faz referências à distribuição do café refugo do I. B. C., que vem acarretando prejuízos aos cafeicultores do Nordeste. (DCN. 8 de fevereiro de 1962).

Em 16 de fevereiro de 1962, rende homenagem de pesar pelo falecimento do Prof. Jaime Poggi, natural do Estado do Espírito Santo. (DCN. 17 de fevereiro de 1962).

GASPAR VELOSO

Em 5 de fevereiro de 1962, reverência a memória dos dois companheiros, Francisco Galotti e Cunha Melo. — (DCN. 6 de fevereiro de 1962).

Em 7 de fevereiro de 1962 pronuncia-se sobre o PLS. n.º 1-62, em nome da Com. de Finanças. (DCN. 8 de fevereiro de 1962).

GILBERTO MARINHO

Em 5 de fevereiro de 1962, como Presidente da Mesa, associa-se às homenagens prestadas a memória dos dois companheiros desaparecidos, — Francisco Galotti e Cunha Melo. — (DCN. 6 de fevereiro de 1962).

Em 6 de fevereiro de 1962, sobre o sistema educacional no Brasil, acen-tua a necessidade de, ser incrementada

e acelerada a reforma das técnicas indispensáveis ao processo do desenvolvimento econômico. (DCN).

Em 7 de fevereiro de 1962, registra falecimento de Cândido Portinari, dizendo de sua atuação no cenário público, cultural e artístico do País. — (DCN).

Em 9 de fevereiro de 1962, faz apelo ao Governo para que seja facilitada a aquisição da Casa Própria aos servidores do Estado da Guanabara, através de empréstimos pela Caixa Econômica. (DCN).

Em 12 de fevereiro de 1962, em defesa de projeto que altera disposições da Lei n.º 3.780, relativas a classe de assessoristas do serviço público, acen-tua a urgente necessidade de serem expungidas do Plano de Classificação numerosas injustiças. (DCN).

Em 15 de fevereiro de 1962, analisa ao desaparecimento do jornalista Antônio Santa Cruz e Lima e, também, justifica Requerimento de informações encaminhado à Mesa. (DCN.).

Em 14 de fevereiro de 1962, sobre a importância da indústria do turismo para a economia do País, apela para o Congresso Nacional no sentido de apressar a tramitação do projeto de lei que disciplina a ação das agências de viagens. (DCN).

Em 15 de fevereiro de 1962 analisa o problema do deficit extraordinário de habitações, acen-tuando a necessidade de serem criadas condições encorajadoras para tais construções. — (DCN).

Em 16 de fevereiro de 1962, trata de reivindicações dos Conferentes e Consertadores de carga e descarga nos Portos do Estado da Guanabara e Rio de Janeiro, e dirige apelo ao Presidente da República no sentido de fazer observar o disposto nos Art. 1.º e 9.º dos Decretos ns. 34.453 e 42.466, que assegura aqueles profissionais a competência exclusiva para realizar as tarefas previstas nos citados diplomas legais. (DCN).

Em 21 de fevereiro de 1962, trata de Em 21 de fevereiro de 1962, sobre os problemas da navegação nacional, manifesta júbilo pelo restabelecimento de nova linha entre Brasil-México. (DCN).

Em 22 de fevereiro de 1962, primeiramente, tranquiliza os inativos da União que recebem proventos do Estado da Guanabara, com afirmativa de que o Governo assegurará seus direitos, de acordo com o que preceitua projeto de lei, apresentado pela bancada carioca, já em curso na Câmara dos Deputados e, em seguida, faz apelo no sentido de que o governo brasileiro interceda em favor de Francisco Menendez, condenado pelo Governo Castriota. (DCN).

Em 23 de fevereiro de 1962, faz apelo ao Conselho de Ministros no sentido de ser aprovada a exposição de motivos do Presidente da Caixa Econômica do Estado da Guanabara, visando a elevação do empréstimo para aquisição da Casa Própria, encarecendo, em seguida, a necessidade da pronta aprovação pelo Senado, da autorização de empréstimo externo de 35 milhões de dólares para melhorar o serviço de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. (DCN).

GUIDO MONDIN

Em 5 de fevereiro de 1962, associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento do Senador Cunha Melo. (DCN. 6 de fevereiro de 1962).

Em 23 de fevereiro de 1962, usa da palavra para emitir parecer ao Projeto de Resolução n.º 5-62, ora em discussão. (DCN. 24 de fevereiro de 1962).

Em 26 de fevereiro de 1962, relativamente a artigo do "Correio Brasileiro", declara que, se todos os países com representação no Brasil, iniciassem, por força da presença do Itama-

rati em Brasília, a construção de suas Embaixadas, poderiam ser empregados milhares de trabalhadores no D. F. (DCN. 27 de fevereiro de 1962).

HERIBALDO VIEIRA

Em 5 de fevereiro de 1962, reverência a memória do Senador Cunha Melo. (DCN. 6 de fevereiro de 1962).

Em 14 de fevereiro de 1962, em discussão o PLS. n.º 2-57, usa da palavra para encaminhar votação do projeto, suas emendas e subemendas. (DCN. 15 de fevereiro de 1962).

Em 20 de fevereiro de 1962, para encaminhar votação do PLS. n.º 33-60, o substitutivo e sua subemenda, tece considerações sobre o mesmo. (DCN. 21 de fevereiro de 1962).

Em 22 de fevereiro de 1962, em discussão o PLS. n.º 33-60, tece comentários em torno do mesmo. No mesmo dia (extra. às 17.53), emite Parecer sobre o Requerimento n.º 49-62, do Senador Nelson Maculan. (DCN. 23 de fevereiro de 1962).

JEFERSON DE AGUIAR

Em 15 de fevereiro de 1962, em discussão o PLC. n.º 82-61, oferece parecer, já que é autor da emenda retificativa. (DCN. 16 de fevereiro de 1962).

Em 22 de fevereiro de 1962, justifica emenda de sua autoria, apresentado à Lei Complementar oriunda da Câmara dos Deputados, relativa à admissão de servidores. No mesmo dia (extra. às 17.50), louva plano quinquenal do DNER, reclamando urgência para término das Estr. BR-5 e BR-31, no Est. do Espírito Santo. (DCN. 23 de fevereiro de 1962).

JOÃO VILASBOAS

Em 6 de fevereiro de 1962, como líder da Maioria, apresenta vários argumentos relacionados com os projetos de Reforma Agrária, concitando os legisladores brasileiros a pôr de lado o interesse eleitoral, cuidando apenas das aspirações do homem do campo. (DCN. 7 de fevereiro de 1962).

Em 8 de fevereiro de 1962, tece importantes considerações em torno do Regime Parlamentar, lê entrevista concedida pelo próprio Deputado Raul Pila ao "Correio da Manhã", declarando finalmente, que se deve regulamentar o Plebiscito. (DCN. 9 de fevereiro de 1962).

JORGE MAINARD

Em 5-2-62 associa-se às homenagens prestadas aos Senadores falecidos, Francisco Gallotti e Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

Em 19-2-62 refere-se ao problema da inflação, lendo telegrama da União Estadual dos Estudantes, de Sergipe, sobre corte nas verbas assistenciais. (DCN. 20-2-62).

LIMA TEIXEIRA

Em 5-2-62 manifesta pesar pelo falecimento dos Senadores Cunha Melo e Francisco Benjamin Gallotti. — (DCN. 6-2-62).

Em 7-2-62, como líder da Maioria, lê notícia de "O Globo" sobre empréstimo ao Governo brasileiro, por dez anos, sem juros, congratulando-se com o mesmo por tal empreendimento. — (DCN. 8-2-62).

Em 7-2-62, como líder da Maioria, contesta o Senador João Vilasboas, que fez crítica ao Conselho de Ministros, declarando que o responsável pela atual situação é o Sr. Jânio Quadros. (DCN. 9-2-62).

Em 9-2-62 refere-se à notícia de "O Jornal do Brasil", segundo a qual, no Estado da Bahia, populares invadiram determinada propriedade agrícola do Governo. (DCN. 10-2-62).

Em 13-2-62 formula votos ao Sr. Francisco Mangabeira para que resolva o problema da nossa emancipação econômica, dando novo ritmo à Pe-

trobras, congratulando-se com esta pela descoberta de poço petrolífero em Tucano, na Bahia. (DCN. 14-2-62).

Em 14-2-62 dirige apelo ao Conselho de Ministros, no sentido de que seja concluída e pavimentada a Estrada Rio-Bahia. (DCN. 15-2-62).

Em 16-2-62, tendo da tribuna feito críticas às invasões de propriedades, lê telegrama recebido do Sr. Leonel Brizola, prestando esclarecimentos e negando tal invasão. Declara que a Reforma Agrária deve ser objetiva. (DCN. 17-2-62).

Em 19-2-62 faz referências ao custo de vida e à preocupação que isto está provocando sobretudo nas classes pobres, abordando a formação de ligas camponesas no Nordeste brasileiro. (DCN. 20-2-62).

Em 20-2-62 lê comentário do Sr. José Rezende Periz sobre Reforma Agrária, fazendo apelo ao Conselho de Ministros para que remeta a Mensagem com o projeto da Reforma Agrária a fim de que possa ser elaborado o Estatuto da Terra. (DCN. 21-2-62).

Em 22-2-62, como líder da Maioria, regozija-se com evento marcante na história dos EE. UU., qual seja, o lançamento ao espaço do astronauta John Glenn. (DCN. 22-2-62).

Em 22-2-62 tece considerações sobre o INIC, o Departamento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura e também sobre a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, debatendo, em suma, problemas do homem do campo. (DCN. 23-2-62).

Em 23-2-62 faz dois apelos ao Pres. da Rep.: auxílio à Fábrica Nac. de Motores, que se tem credenciado na fabricação de caminhões e automóveis Alfa Romeo e fiscalização do próprio Governo, dos preços dos veículos, que já são exagerados. (DCN. 24-2-62).

LOBAO DA SILVEIRA

Em 15-2-62, tendo sido abordado por moradores do Núcleo Bandeirante sobre representação de Brasília no Congresso Nac. e na Câmara dos Vereadores, externa seu ponto de vista, citando artigos da Constituição. — (DCN. 16-2-62).

Em 19-2-62, relativamente à reclamação para fornecimento de navios e locomotivas que fez para o seu Estado, lê telegrama oficial recebido do Min. da Viação lendo também o que o Ministro declarou à imprensa. — (DCN. 20-2-62).

Em 20-2-62, em discussão o PLC. n.º 142-61, tece comentários em torno da escola que se criará em Montes Claros, Estado de Minas Gerais. — (DCN. 21-2-62).

(Republicado DCN. 27-2-62)

Em 26-2-62 tece comentários em torno dos problemas da Amazônia, fazendo referências às finalidades da operação de financiamento do Banco de Crédito da Amazônia. Refere-se ainda ao 6º Congresso Nac. dos Municípios, em Curitiba, e à nomeação do jornalista José Vilorino de Lima para diretor de Divulgação e Informação do SENAM. (DCN. 27-2-62).

Em 27-2-62 refere-se à dificuldade da navegação de cabotagem do sul para o norte do País, declarando também que o IBC, em vez de proteger o povo, provoca a alta do produto, dificultando o consumo do café no Pará. (DCN. 28-2-62).

Em 28-2-62 discorda do fato de o grande e moderno aeroporto traçado para Brasília, ser construído no Rio de Janeiro, onde já existem dois. — (DCN. 1-3-62).

LOPES DA COSTA

Em 19-2-62 — expõe problema crucial da navegação fluvial e lacustre no seu Estado, declarando que a classe

dos marítimos merece posição mais digna. (DCN. 20-2-62).

LOURIVAL FONTES

Em 7-2-62 — reverência a memória do pintor brasileiro, Cândido Portinari. (DCN. 8-2-62).

Em 8-2-62 — associa-se às homenagens de pesar prestadas à memória do Cel. Antônio Joaquim de Moura Andrade. (DCN. 9-2-62).

Em 21-2-62 — refere-se aos agitadores turbulentos e terroristas, declarando que, os que querem estabilidade devem acabar com esse regime sem tradição e sem experiência. (DCN. 22-2-62).

MEM DE SA

Em 7-2-62 — em seu próprio nome e no da Bancada do RS., reverência a memória do grande artista brasileiro, Cândido Portinari. Na mesma sessão usa da palavra para encaminhar votação do Requerimento n.º 3-62. (DCN. 8-2-62).

Em 8-2-62 — justifica seu Requerimento n.º 8-62 e sua Emenda. Na mesma sessão, em nome do PL., associamento do Cel. Antônio Joaquim de Sa às manifestações de pesar pelo falecimento de Moura Andrade. (DCN. 9-2-62).

Em 14-2-62 — adverte o Congresso e o Governo sobre o quadro inflacionário dos nossos dias e o grave perigo que isto constitui para o Brasil. Na mesma sessão, em discussão o PLS. n.º 2-57, usa da palavra para encaminhar a votação do projeto, suas emendas e subemendas. (DCN. 15-2-62).

Em 22-2-62 — refere-se aos aspectos sociais, legais, administrativos e à gravidade do precedente que o Senado abriu, em considerações ao PLS. 33 de 1960, ora em discussão. (DCN. 23 de fevereiro de 1962).

Em 27-2-62 declara que nada de importante se fez nesta convocação extraordinária, nem os projetos importantes foram votados e, que se não for vencido o incêndio, seremos vencidos por ele — o deficit. (DCN. 28-2-62).

MIGUEL COUTO

Em 25-2-62 (extra. às 21 horas), expressa pesar e se associa às homenagens póstumas ao cientista brasileiro Dr. Manoel de Abreu. (DCN. 16-2-62).

MILTON CAMPOS

Em 16-2-62 — relativamente ao discurso do Sen. Lima Teixeira, concernente à Reforma Agrária, como coordenador dos trabalhos no tempo do Presidente Jânio Quadros, lê ante-projeto, bem como seus objetivos. (DCN. 17-2-62).

MOURA ANDRADE

Em 21-2-62 — agradece em seu próprio nome e no de sua família, as manifestações de pesar que o Senado prestou à memória do sr. seu pai. (DCN. 22-2-62).

Em 28-2-62 — além de apresentar Relatório pelo encerramento da Convocação Extraordinária, faz rápida exposição sobre problema administrativo e financeiro da Casa, elogiando nominalmente alguns funcionários e sobretudo ao Sr. Secretário-Geral da Presidência e agradecendo a cooperação de todos. Quanto à questão de ordem levantada pelo Sen. Vilorino Freire, declara que o Regimento Interno não facilita aos Srs. Ministros de Estado, aqui comparecerem para estabelecer polémica com os Srs. Senadores. (DCN. 1-3-62).

MOURÃO FILHO

Em 7-2-62 — relata parecer favorável, em nome da Comissão de Serviço Público, ao PLC. n.º 1-62, ora em discussão. (DCN. 8-2-62).

Em 22-2-62 — tece considerações em torno do problema da juta, fazendo apelo ao Dr. Damásio Luis Melo de Freitas para que faça as modificações necessárias na relação recebida do

Banco do Brasil sobre despesas de exportação da juta. (DCN. 23-2-62).

NELSON MACULAN

Em 2-2-62 — lê telegrama do Presidente da Associação de Lavradores do Norte do Paraná, em que declaram desvio de numerário destinado à cafeicultura, para o futebol, enquanto o café é atacado pela broca. Pedem providências. (DCN. 3-2-62).

Em 6-2-62 — como relator do projeto que cria o Instituto do Trabalhador Rural, faz várias considerações sobre o mesmo, apresentando relatório e Panorama Geral. (DCN. 7-2-62).

Em 27-2-62 — refere-se à notícia nos jornais de que Senadores norte-americanos declaram que se o projeto de remessa de lucros for aprovado no Congresso Brasileiro, com a redação original da Câmara, as possibilidades de investimentos estrangeiros no Brasil diminuiriam. (DCN. 28-2-62).

NOGUEIRA DA GAMA

Em 20-2-62, em votação o PLC. n.º 142-61, faz referências a nomeação do Diretor da Escola Agro-Técnica, Antonio Versiani Ataíde. — (DCN. 21 de fevereiro de 1962).

NOVAIS FILHO

Em 5-2-62 presta homenagem à memória dos dois companheiros desaparecidos, Francisco Gallotti e Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

Em 7-2-62 presta homenagem à memória do jornalista pernambucano, Aníbal Fernandes. (DCN. 8-2-62).

Em 12-2-62, tendo recebido telegrama do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Tecidos do Município de Moreno, no Estado de Pernambuco — reclama aos Poderes competentes iniciativa para que duas indústrias do referido Município, cumpram o Decreto n.º 5.502. (DCN. 13 de fevereiro de 1962).

Em 15-2-62 refere-se aos perigos decorrentes da situação inflacionária, das emissões descontroladas e deseja que o Pres. do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico obtenha os recursos que pleiteia aos Estados Unidos, para aplicá-los rigorosamente dentro dos planos que traçou. — (DCN. 16-62).

Em 16-2-62 congratula-se com o Conselho de Ministros por duas resoluções: manter empréstimo obtido pelo Gov. Cid Sampaio e pela aceitação do projeto de Reforma Agrária, apresentado pelo Min. Armando Monteiro F.F. Outrossim, faz comentários em torno do Relatório feito pelo Sen. Nelson Maculan, quando de sua visita ao Nordeste. (DCN. 21-2-62).

Em 21-2-62 reclama desigualdade de tratamento dispensado ao Nordeste e ao Sul do País pelo Governo, solicitando medidas para que o empréstimo a Pernambuco se complete. (DCN. 22-2-62).

Em 22-2-62 congratula-se com o Sr. Barbosa da Silva, Pres. do Instituto do Açúcar e do Alcool, que está mobilizando recursos para, por meio de fertilizantes, análises, etc., obter da produção canavieira do Nordeste, o rendimento de que necessita. (DCN. 23-2-62).

PADRE CALAZANS

Em 22-2-62 (extra. às 17.50), faz referência ao lamentável estado em que se encontram as Estradas de Rodagem no interior do País, referindo-se ao triste episódio da falta de escrupulos do comunista Bichar Rodrigues, na aplicação da vacina Sabin. (DCN. 23-2-62).

PAULO COELHO

Em 2-2-62, em sessão pública, declara que, para efeito regimental, integrará a Bancada do PSD. (DCN. 3-2-62 — Repr. DCN. 7-2-62).

Em 5-2-62 lê discurso em que tece crítica profunda

mento do Senador Leopoldo Tavares, da Cunha Melo. (DCN. 8-2-62).

Em 8-2-62 associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento do Cel. Antônio Joaquim de Moura Andrade. (DCN. 9-2-62).

Em 14-2-62 exalta a personalidade do jornalista paraense, Prof. Paulo Maranhão. (DCN. 15-2-62).

Em 15-2-62 (extr. às 21 horas), comemora pleito eleitoral de 1954 no Estado do Amazonas, referindo-se aos Senadores eleitos, Mourão Vieira, Cunha Melo, Vivaldo Lima e à sua própria pessoa, que adotou a legenda do PSD. (DCN. 16-2-62).

PAULO FENDER

Em 2-2-62, relativamente à VIII Reunião de Consultas, em Punta Del Este, tece comentários elogiosos à atuação do Embaixador brasileiro, San Tiago Dantas. (DCN. 3-2-62).

Em 5-2-62 associa-se às homenagens de pesar aos Senadores falecidos, Francisco Gallotti e Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

Em 7-2-62 faz referência a grave problema da atualidade brasileira, ou seja, a falta de médicos, pedindo providências ao Governo para que o País não se transforme num vasto hospital. (DCN. 8-2-62).

Em 8-2-62, em discussão o Requerimento nº 8-62 e sua Emenda — declara-se contrário à reiteração de solicitação de informações ao Departamento Nacional de Previdência Social. (DCN. 9-2-62).

Em 9-2-62 encaminha Requerimento em que solicita incorporação do discurso do Senador Pedro Ludovico ao Projeto da Remessa de Lucros. (DCN. 10-2-62).

Em 14-2-62 justifica sua Proposição ao PLC. nº 30-61, fazendo apelo aos membros da Com. de Constituição e Justiça para que o julguem e o examinem o mais breve possível e que realmente ele corresponda aos anseios das operários e comerciantes. (DCN. 15-2-62).

Em 16-2-62, em nome do Movimento Trabalhista Renovador, presta homenagem à memória do Sr. Antônio Joaquim de Moura Andrade. (DCN. 16-2-62).

Em 16-2-62 refere-se de modo elogioso ao livro "Missão ou Demissão",

de autoria do Senador Lourival F. F. (DCN. 17-2-62).

Em 22-2-62 comenta fato de relevante importância para a vida econômica nacional, qual seja, a descoberta de jazidas de urânio em Tucano no Estado da Bahia, referindo-se ainda ao feito do grande americano Glen. (DCN. 23-2-62).

Em 23-2-62 refere-se à fraude eleitoral que campeia no Brasil, mencionando o Estado do Piauí e fazendo apelo para que o projeto de autoria do Deputado Fernando Ferrari, Presidente do Partido Movimento Trabalhista Renovador, seja aprovado. (DCN. 24-2-62).

Em 27-2-62 faz referências elogiosas ao discurso do Senador Sérgio Marinho e à rebeldia da Associação dos varejistas declarando que trabalhismo e reivindicação de direitos não é comunismo. (DCN. 28-2-62).

Em 28-2-62 discorda das teses do discurso do Senador Coimbra Bueno, que involuntariamente, lhe negou aparte, declarando que também não é apologistas do emprego público. (DCN. 3-2-62).

PEDRO LUDOVICO

Em 9-2-62 defende-se das injúrias da Deputada Adalgisa Neri — verbera a elevação do custo de vida, de discurso que o Sr. Getúlio Vargas pronunciou em 31.12.51 e finalmente, alerta o País sobre a Remessa de Lucros. (DCN. 10-2-62).

RUI CARNEIRO

Em 2-2-62 refere-se aos boatos derrotistas da falta de "quorum" durante a convocação, congratulando-se com o Congresso pelo significativo comparecimento de parlamentares. (DCN. 3-2-1962).

Em 8-2-62 refere ao discurso do Senador Vitorino Freire, solidarizando-se com a campanha de "O Globo" no sentido de conferir a Ordem Nacional do Mérito ao jornalista Assis Chateaubriand, prestando ainda homenagem à memória do Cel. Antônio Joaquim de Moura Andrade. (DCN. 9-2-1962).

Em 9-2-62 faz grave comunicação do atentado que sofreu em São Paulo o Gal. Nelson de Melo. (DCN. 10-2-62).

Em 21-2-62 presta homenagem à memória de Epitácio da Silva Pessoa, fazendo apelo para que auxiliem a

"Casa da Paraíba" destinada a trazer presentes a vida e a obra do grande brasileiro. (DCN. 22-2-62).

Em 23-2-62 comunica à Casa e aos colegas a inauguração dia 24-2-62 do Hospital do Câncer Napoleão Laureano, em João Pessoa, na Paraíba. (DCN. 24-2-62).

RUI PALMEIRA

Em 13-2-62 solicita inserção nos Anais de documento que revela o mérito do magistrado Hugo Auler, que deu início ao funcionamento da Justiça de Brasília, lendo discurso do Desembargador Raimundo Ferreira de Macedo sobre o mesmo. (DCN. 14-2-1962).

SAULO RAMOS

Em 5-2-62 associa-se às homenagens de pesar pelos dois companheiros desaparecidos, Francisco Gallotti e Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

Em 9-2-62 declara que, sendo o Estado de Santa Catarina o único produtor de carvão metalúrgico, é de estranhar que ainda não esteja funcionando a Siderúrgica daquele Estado, cujo projeto se arrasta nas Com. Técnicas da Câmara dos Deputados. (DCN. 10-2-62 — Rep. DCN 13-2-62).

Em 13-2-62 de telegrama do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em que solicita que o Banco do Brasil conceda aos lavradores catarinenses, moratória e novos financiamentos, já que as lavouras foram destruídas pelas incessantes chuvas se agora são vítimas da praga de lagartas. (DCN. 14-2-62).

Em 16-2-62 faz referência a adoção das nomeações interinas para o serviço público, o que está acarretando desestímulo e desarmonia entre os servidores. (DCN. 17-2-62).

SERGIO MARINHO

Em 6-2-62 declara que se incorpora ao movimento liderado pelo "O Globo", que tem em vista conceder a Ordem Nacional do Mérito ao jornalista Assis Shateaubriand. (DCN. 7-2-62).

Em 9-2-62 refere-se à notícia do "O Estado de São Paulo", de que os Ministros Militares teriam procurado o Presidente da República para lhe fazer sentir a desincompatibilização estabelecida na Carta Constitucional, no Novo Regime. (DCN. 10-2-62).

Em 26-2-62 declara que o Executivo deve estar permanentemente presente

na elaboração do Orçamento no Sistema Parlamentar. (DCN. 27-2-62).

Em 27-2-62 refere-se à inauguração de um trecho da Estrada de Rodagem que liga Natal à cidade de Santa Cruz fazendo comentários em torno da inflação e declarando que nem todos que preconizam as grandes reformas são comunistas. (DCN. 28-2-62).

VITORINO FREIRE

Em 5-2-62 associa-se às homenagens de pesar prestadas aos dois companheiros desaparecidos, Francisco Gallotti e Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

Em 8-2-62 faz referências à péssima administração do Sr. Armando Monteiro à frente do Ministério da Agricultura, bem como à sua deslealdade com o Senador Remi Archer. (DCN. 9-2-1962).

Em 16-2-61 lê carta recebida do ex-Senador Apolônio Sales, na qual agradece a escolha de seu nome para membro do Conselho Nacional de Economia. (DCN. 17-2-62).

Em 28-2-62 lê telegrama do Governador do Estado do Maranhão defendendo-o das acusações de estar fazendo concessões de terras. Na mesma sessão, após ouvir a palavra do Sr. Ministro da Agricultura Sr. Armando Monteiro, faz referências ao episódio do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, em que foi vítima de injustiça o Senador Remi Archer. (DCN. 27-2-62).

Em 28-2-62 solicita ao Sr. Presidente que fixe norma para o comparecimento a esta Casa, pois que o Ministro da Agricultura chegou de surpresa ao Senado, ocupando a tribuna. Agradece ainda ao Presidente do Senado o apoio ao PSD do Maranhão no caso do Sr. Armando Monteiro. (DCN. 1-3-1962).

VIVALDO LIMA

Em 5-2-62 associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento do Senador Cunha Melo. (DCN. 6-2-62).

Em 9-2-62 declara, emocionado, que a semana foi de tristeza e luto. Após discursos comovidos, à memória dos Senadores Francisco Gallotti e Cunha Melo, tem-se a notícia da morte do artista brasileiro, Cândido Portinari, do conhecido pecuarista, Antônio Joaquim de Moura Andrade e da figura excepcional do criador da abreviatura, Dr. Manoel de Abreu. (DCN. 10-2-62).

Em 15-3-1962, Célia Neuza Assumpção — Chefe da Seção do Protocolo Geral do Senado Federal.